

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

INTENÇÃO DE RECURSO:

Manifestamos imediata e motivadamente intenção de recurso face a habilitação da empresa THS, na medida em que, conforme será demonstrado em razões de recurso, os atestados de capacidade técnica apresentados não guardam proporção com o objeto da licitação, posto que não comprovam competência técnica em BI e RPA e não comprovam todos os perfis solicitados em edital.

Fechar

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DA BAHIA., DESIGNADO PARA PROCESSAR O EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO 38/2021.

Ref.: Recurso administrativo que apresenta IT2B TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA, em face de r. decisão proferida pelo I. Sr. Pregoeiro no bojo do processo administrativo do EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO 38/2021.

IT2B TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA., sociedade comercial de direito privado, com sede social na Rua Adelino Cardana, 293 – salas 303 a 307, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n. 04.392.420/0002-00, tendo em vista a r. decisão deste Pregoeiro, datado de 17 de dezembro de 2021, pela qual restou declarada vencedora a empresa THS TECNOLOGIA INFORMACAO E COMUNICACAO LTDA., e estando a aqui Recorrente inconformada com esta decisão, vem, respeitosamente ante V. Sa., interpor o presente RECURSO ADMINISTRATIVO, pelos relevantes motivos de fato e de direito a seguir aduzidos, requerendo o recebimento do presente e, desde já, a reforma da decisão.

Termos em que,
P. Deferimento.
São Paulo, 22 de dezembro de 2021.

IT2B TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA
BEATRIZ PAIVA PENTEADO
OAB/SP 244.491

BREVE RESUMO DO PROCEDIMENTO LICITATORIO.

O presente Pregão foi aberto pelo TRIBUNAL REGIONAL ELEITORA DA BAHIA, com a finalidade precípua de escolha de proposta mais vantajosa para os serviços abaixo relacionados:

“contratação de empresa especializada na prestação de serviço de desenvolvimento e sustentação de software com práticas ágeis, incluindo o levantamento e análise de requisitos, medição funcional de sistemas e desenvolvimento e manutenção de soluções, em especial baseadas em tecnologias de inteligência artificial, automação de processos robóticos (RPA) e business intelligence (BI).”

Em 13 de dezembro de 2021, a ora Recorrente, juntamente com as demais empresas concorrentes, participou do certame, sendo que após fase de lances, a empresa THS TECNOLOGIA INFORMACAO E COMUNICACAO LTDA, ora Recorrida, foi convocada para apresentar proposta, sendo aberta a fase de aceitabilidade da proposta e habilitação.

Dentro do prazo estipulado no edital a empresa THS apresentou a proposta e documentação constantes no edital, porém com algumas inconsistências.

Em tendo a Recorrente constatado tais vícios, e para não ser alegada preclusão procedimental, a mesma consignou, de forma expressa, que a empresa THS deixou de atender as exigências do certame licitatório. Vejamos:

Manifestamos imediata e motivadamente intenção de recurso face a habilitação da empresa THS, na medida em que, conforme será demonstrado em razões de recurso, os atestados de capacidade técnica apresentados não guardam proporção com o objeto da licitação, posto que não comprovam competência técnica em BI e RPA e não comprovam todos os perfis solicitados em edital.

Assim, indignada com o resultado, por ter sido declarada vencedora a empresa Recorrida, tendo constado a intenção em apresentar recurso administrativo, cabe à empresa Recorrente, neste ato, demonstrar o grave equívoco na habilitação da empresa participante THS, demonstrando os vícios em sua documentação.

DA NECESSÁRIA REFORMA DA DECISÃO QUE ENTEDEU POR BEM HABILITAR A EMPRESA THS.

Utiliza-se do presente para, em benefício do interesse público e para que não seja alegada preclusão procedimental, demonstrar que a decisão recorrida deve ser reavaliada pela autoridade julgadora, uma vez que a licitante THS apresentou atestado de capacidade técnica contendo informações insuficientes para comprovar sua capacidade técnica, bem como em desacordo com as regras do edital.

Dos atestados de capacidade técnica.

Em termos de procedimentos licitatórios, a habilitação técnica tem o fito de demonstrar a regularidade da empresa para com o mercado, e o know-how técnico, tudo isso para, de certa forma, pelo menos a princípio, demonstrar sua capacidade (técnica) para honrar

com as obrigações decorrentes daquela nova contratação para a qual se candidatou.

Em termos de segurança, legalidade, eficiência e, principalmente, interesse público (princípios que norteiam a administração pública), os requisitos específicos de habilitação (técnica) devem ser não só observados, mas seguidos à risca da legalidade e formalidade.

O Atestado de Capacidade Técnica é, em síntese, uma declaração emitida por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a aptidão do licitante para a execução do objeto do processo licitatório, através da certificação de cumprimento de contratos (ou equivalentes) que envolvam objeto idêntico ou similar ao licitado.

O instrumento convocatório, em seu item 12.1.7, que trata da documentação de qualificação técnica, assim dispõe:

a) Atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação (desenvolvimento e sustentação de software), assim entendida a que demonstra que a licitante gerencia ou gerenciou serviços terceirizados, com o número de empregado equivalente ao que será

necessário para suprir os postos contratados em decorrência desta licitação;

1.a.1. Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica;

1.a.2. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados no âmbito de atividade econômica principal e/ou secundária da licitante, comprovados por meio do Contrato Social ou dos dados constantes do SicaF;

b) Comprovação de experiência mínima de 1 (um) ano na prestação de serviços terceirizados, ininterruptos ou não, até a data da sessão pública de abertura do Pregão;

1.b.1. Os períodos concomitantes serão computados uma única vez;

1.b.2. Para a comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos cópias de contratos ou outros documentos idôneos, mediante diligência do Pregoeiro.

Como se percebe pela simples leitura dessa exigência, os atestados de capacidade técnica devem comprovar que o proponente presta ou prestou serviços compatíveis com os estipulados no edital em questão, sendo tal compatibilidade aferida mediante a verificação das características, das quantidades e dos prazos envolvidos na prestação dos serviços.

Portanto, não é qualquer atestado que se presta a tal fim.

A verificação quanto à qualificação técnica do licitante não pode se limitar à simples exigência e recebimento de atestados, sem que se haja efetivamente comprovada tal qualificação. Por essas razões, tanto a norma de regência, como o edital do certame, reportam-se à necessidade de compatibilidade dos atestados fornecidos com o objeto da licitação, ou seja, a licitante classificada em primeiro lugar deve comprovar desenvolvimento e sustentação de software com práticas ágeis, incluindo o levantamento e análise de requisitos, medição funcional de sistemas e desenvolvimento e manutenção de soluções, em especial baseadas em tecnologias de inteligência artificial, automação de processos robóticos (RPA) e business intelligence (BI). O objeto do edital, de forma clara dispõe sobre desenvolvimento, sustentação, manutenção, práticas ágeis, IA, RPA e BI.

A empresa THS não comprova a sua especialização na prestação de serviços com uso de automação de processos robóticos (RPA), e tal exigência é solicitada de forma contundente no edital e seus anexos. Vejamos:

Conforme descrito no item 2.1 do edital, de forma clara fica demonstrada a importância inequívoca da tecnologia de RPA para agilizar os trâmites processuais.

2.1. Motivação

O Poder Judiciário, capitaneado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), tem estimulado iniciativas para implementação de soluções de inteligência artificial (IA) e automação de processos robóticos (RPA, acrônimo de Robotic Process Automation) visando agilizar os trâmites processuais, tendo por base a disponibilização da Plataforma Sinapses

No item 2.2 do instrumento convocatório, a Administração Pública ressaltou a importância da tecnologia de RPA e BI neste processo de contratação.

2.2. Objetivos

Buscando acompanhar essa vanguarda, a presente contratação objetiva estruturar o Tribunal com postos de serviço especializados em levantamento e análise de requisitos, medição funcional de sistemas e desenvolvimento de soluções, em especial envolvendo tecnologias de IA, RPA e BI.

O item 2.3, por sua vez, dispõe que serão entregues para a administração pública, IA e RPA, a fim de promover maior eficiência e agilidade na execução de atividades pelas áreas de negócio, resultando em consequente economia para o Tribunal e satisfação dos usuários dos serviços informatizados.

2.3. Benefícios

Soluções envolvendo tecnologias de IA e RPA promovem maior eficiência e agilidade na execução de atividades pelas áreas de negócio, resultando em consequente economia para o Tribunal e satisfação dos usuários dos serviços informatizados.

Conforme se demonstrará, o item de qualificação técnica deixou de ser observado pela empresa THS, ora recorrida, na medida em que não foram apresentados atestados de capacidade técnica de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, posto que nenhum atestado apresentado tem os perfis: Engenheiro de Dados, Cientista de Dados, Engenheiro de Software, Desenvolvedor RPA, bem como não foi comprovada automação de processos robóticos (RPA).

De todo o acervo de atestados apresentados, nenhum atende as exigências do edital, no que se refere a automação de processos robóticos (RPA) e perfis técnicos profissionais. Os atestados BANCO RCI, DRUMMOND, IBICT, APEX BRASIL, EMATER PARA, FIOCRUZ, IFS, SICAP, PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ENEAS, ERLINE CHAVES SILVA, UNIFISCO SAÚDE, STI, UNB, UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, CAMARA LEGISLATIVA não devem ser aceitos, pois os serviços prestados não fazem referência ao objeto da licitação.

Os atestados OITO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO, UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, LIFE e MAAXXXDATA embora façam referência ao objeto da licitação, não atendem todas as solicitações do edital, mesmo considerando a somatória dos atestados. Vejamos:

OITO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

Desenvolvimento de site, aplicativo empresarial, linguagem PHP

Comprova: Desenvolvimento, sustentação, manutenção, práticas ágeis

Não comprova: IA, RPA, BI, perfis profissionais condizentes com o objeto da licitação

Não menciona desenvolvimento com tecnologias de inteligência artificial, automação de processos robóticos (RPA) e business intelligence (BI).

Não tem o tempo de contrato para poder ajudar na somatória para comprovação de um ano de prestação de serviços.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Desenvolvimento integrado de sistema de gestão acadêmica

Comprova: Desenvolvimento, práticas ágeis

Não comprova: Sustentação, manutenção, IA, RPA, BI, perfis profissionais condizentes com o objeto da licitação

Solução acadêmica, não menciona manutenção de soluções, em especial baseadas em tecnologias de inteligência artificial, automação de processos robóticos (RPA) e business intelligence (BI).

Não tem o tempo de contrato para poder ajudar na somatória para comprovação de um ano de prestação de serviços.

LIFE TECNOLOGIA

Contratação de serviços especializados de fábrica de software, consultoria, transferência de conhecimento, construção, desenvolvimento de software, gerenciamento de projetos, arquitetura de projetos, sustentação de soluções.

Comprova: Desenvolvimento, Sustentação, IA, BI

Não comprova: manutenção, práticas ágeis, RPA, perfis profissionais condizentes com o objeto da licitação

Não menciona manutenção de soluções, em especial baseadas em tecnologias de inteligência artificial, automação de processos robóticos (RPA).

MAAXXXDATA

Desenvolvimento e sustentação de sistemas

Comprova: Desenvolvimento, sustentação

Não comprova: Manutenção, práticas ágeis, IA, RPA, BI, perfis profissionais condizentes com o objeto da licitação

Não menciona manutenção de soluções, em especial baseadas em tecnologias de inteligência artificial, automação de processos robóticos (RPA).

Não tem o tempo de contrato para poder ajudar na somatória para comprovação de um ano de prestação de serviços.

É certo que a falta de comprovação de terceirização de profissionais aderentes ao objeto do contrato, bem como a falta de especialização pela THS para a prestação de serviços com uso de automação de processos robóticos (RPA), não é possível atender aos Requisitos de negócio da área solicitante, constante no edital - página 65 itens 1.1, 1.2 e 1.3.

DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

As exigências constantes no Edital e Termo de Referência, são EXIGENCIAS DO EDITAL e não meras condições facultativas. Assim, não cabe a THS desconsiderar tais exigências ou considerá-las de menor relevância.

A lei de Licitações (Lei 8666/93), assim dispõe:

“Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.”

O Tribunal de Contas da União, nas orientações que expediu aos órgãos da Administração para a contratação de equipamentos de TI, é claro na definição de critérios de seleção de fornecedores. Vejamos:

“os critérios técnicos destinam-se à avaliação técnica das propostas das licitantes, sendo essencial que exista demonstração do nexo entre a exigência ou a valoração estabelecida e o benefício que se pretende obter da contratação. São fixados parâmetros técnicos mínimos a serem exigidos, abaixo dos quais qualquer proposta é considerada desclassificada. (...)”

É preciso ter em mente que as exigências feitas no edital buscam garantir que os participantes demonstrem sua capacidade de cumprir com o objeto da licitação. E tal capacidade não foi demonstrada pela empresa Recorrida.

Assim sendo, há que se reconhecer que a decisão de habilitação da aqui Recorrida merece reforma, uma vez que, conforme demonstrado, ficou comprovado os vícios na documentação de habilitação da empresa THS.

Sob a égide da ocorrência registrada (habilitação da empresa THS sob a inobservância dos itens do Edital), importante ressaltar que a r. decisão habilitação desta empresa desacata, igualmente, os preceitos limítrofes e vinculativos da Administração Pública ante o descumprimento do Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

Sobre o tema é conveniente, mais uma vez, trazer a luz os ensinamentos de DIOGENES GASPARINI (Direito administrativo. 13. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008 p. 486-487).

Ao dissertar sobre a matéria, o I. Doutrinador explicita aos aplicadores do Direito que tal princípio, além de ser considerado como uma das fontes mais importantes para o Direito Administrativo, encontra-se previsto, especificamente perante o ordenamento jurídico pátrio em, pelo menos, duas oportunidades, quais sejam, arts. 3º e 41, ambos do Estatuto Federal Licitatório.

Somente para que não haja questionamento em sentido contrário, passa-se a transcrição dos referidos artigos de lei:

" Art. 3o A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

"Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada."

Ainda, e não menos importante, devemos destacar o Acórdão nº 265/2010 – TCU – Plenário, que assim dispõe:

"VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Auditoria de Conformidade, realizados com vistas a avaliar a efetividade dos controles internos relativos às contratações de Tecnologia da Informação (TI), em decorrência de determinação contida subitem Acórdão 845/2008 – TCU – Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do plenário, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/92 c/c o art. 250, incisos II,III e IV, do Regimento Interno, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. Determinar a Caixa Econômica Federal – CEF, que:

(...)

9.1.33. realize o julgamento das propostas de forma totalmente objetiva, em estrita vinculação com os critérios previamente estabelecidos no instrumento convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, nos termos dos arts 3º, 40, inciso VII, 41,43, inciso V, 44 e 45 da Lei nº 8666/93." (grifo nosso)

Deve-se considerar também o Princípio do Julgamento Objetivo, este considerado um dos mais importantes em todas as licitações, aonde seu julgamento se apoie em fatores concretos, pedidos pela Administração, em confronto com o ofertado pelos licitantes, dentro dos parâmetros fixados no Edital. Marçal Justen Filho assim dispõe acerca da matéria:

"A vantajosidade da proposta deve ser apurada segundo um julgamento objetivo. O ato convocatório tem de conter critérios objetivos de julgamento que não se fundem nas preferências ou escolhas dos julgadores. (2005, p.312)."

O princípio do julgamento objetivo afasta a discricionariedade na escolha das propostas, obrigando a Comissão de Julgamento a se ater ao critério prefixado pela Administração, levando sempre em consideração o interesse do serviço público. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no Edital.

Conforme os ensinamentos de Carvalho Filho:

"A probidade tem o sentido de honestidade, boa-fé, moralidade por parte dos administradores. Na verdade, o exercício honrado, honesto, probo da função pública leva a confiança que o cidadão comum deve ter em seus dirigentes. (2001, p. 195)."

Ainda, segundo Carvalho Filho:

"Exige o princípio que o administrador atue com honestidade para com os licitantes, e, sobretudo para com a própria Administração, e, evidentemente, concorra para que sua atividade esteja de fato voltada para o interesse administrativo, que é o de promover a seleção mais acertada possível. (2001, p.195)"

Fica claro que é de fundamental necessidade o reexame desta decisão, pois ela não responde objetivamente ao critério de vinculação ao instrumento, do julgamento objetivo entre outros princípios regulamentadores deste ato licitatório supracitados, cabendo assim o recurso como um meio de correção.

Perante o quanto exposto, outra não pode ser a conclusão premente e necessária para restabelecimento da ordem jurídica ao presente procedimento licitatório salvo a de que manifestamente equivocada e ilegal a HABILITACAO da empresa THS, posto que descumpridora dos itens do edital.

Assim sendo, como medida de Direito e melhor aplicação da Justiça, o presente recurso deve ser integralmente provido para excluir a empresa THS do certamente ante o completo desacato aos termos editalícios, ordinários e constitucionais especificamente delimitados.

IV – CONCLUSÃO

Diante do acima exposto, verifica-se que se tratou de um equívoco a decisão que considerou a empresa THS vencedora do certame. Entretanto, uma vez demonstrado o desatendimento dos requisitos do edital, requer a Recorrente a reforma da decisão recorrida, para fim de classificar a Recorrente em primeiro lugar, por ser medida de direito e da mais lúdima justiça!!

Termos em que, pede deferimento.

São Paulo, 22 de dezembro de 2021.

IT2B TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA
BEATRIZ PAIVA PENTEADO
OAB/SP 244.491

Fechar